

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Educação de Cariús		
EMENTA: Aprecia a proposta de Educação Integral em tempo integral, apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Cariús, através da Lei Municipal Nº 263/2023, em cumprimento da Lei Nº 14.640/2023, regulamentada pelas portarias do Ministério da Educação – MEC Nº 1.495/2023 e Nº 2.036/2023.		
RELATORA: Francisca Sirone Alcência Freire		
PROCESSO 30021.000635/2024-13	PARECER Nº 735/2024	APROVADO EM: 30/10/2024

I – PEDIDO

A Secretaria de Educação do Município de Cariús encaminhou a este Conselho Estadual de Educação a Lei Municipal Nº 263/2023, que adota a educação em tempo integral, nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, em cumprimento da Lei Nº 14.640/2023, regulamentada pelas Portarias do Ministério da Educação – MEC Nº 1.495/2023 e 2.036/2023.


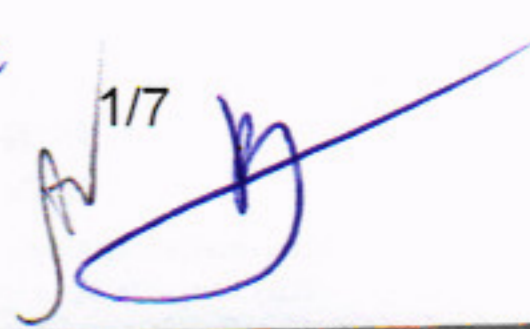
Constam do processo os seguintes documentos:

- Ofício enviado a este Conselho;
- Cópia da Lei Municipal Nº 263/2023, que adota a Educação em Tempo Integral nas Escolas da Rede Pública Municipal;
- Cópia da Lei Municipal Nº 219/2022, que altera parcialmente a denominação da Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora Auxiliadora e da Escola de Ensino Infantil e Fundamental João Dias de Moraes e dá outras providências;
- Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas que serão beneficiadas com o Programa de Educação Integral em Tempo Integral;
- Declaração confirmando que os Projetos Políticos Pedagógicos foram reformulados, atendendo a Portaria do Ministério da Educação – MEC Nº 1.595/2023, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei Nº 9394/96 (LDBEN).

II – HISTÓRICO

O Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em 2014 e aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabeleceu vinte metas a serem cumpridas pelos entes federados, pelos próximos dez anos.

FOR: GR
REV: KB


1/7




CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cont. Parecer nº 735/2024

Dentre as Metas estabelecidas pelo PNE, a Meta 6 está destinada a oferecer Educação em Tempo Integral para, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da população discente da educação básica.

O Plano Estadual de Educação (PEE), alinhado ao PNE, estabeleceu a mesma Meta para o Ceará, a ser executada em regime de colaboração entre os entes federados.

Referida Meta reflete o objetivo de ampliar o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas escolas públicas, com ampliação de tempos, espaços, atividades educativas e oportunidades educacionais, em benefício da melhoria da qualidade da educação básica.

A ampliação do modelo tem-se mostrado um desafio para a maioria dos estados brasileiros, pois as metas para escolas e para alunos, cujo horizonte já é 2024, ainda não foram alcançadas. Em 2021, o indicador referente às escolas chegou a 22,4% e encontra-se a 27,6% pontos percentuais distantes da Meta, que é 50%. O indicador de alunos atingiu 15,1% e está a 9,9% pontos percentuais dos 25% estabelecidos pelo PNE, segundo o documento de referência da Conae/2024.

Em nível estadual, consta no Relatório de monitoramento de Metas do PEE Ceará/2016-2021, que, em relação às escolas públicas que possuem pelo menos uma matrícula em tempo integral, houve o crescimento de 12,4% para 23,1%, entre 2016 e 2021, o que significa um avanço de 10,7 pontos percentuais.

Com o objetivo de fomentar a ampliação de matrículas em tempo integral, na educação básica, em todas as redes e sistemas de ensino, o governo federal aprovou a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, oferecendo estratégias de assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios com o objetivo de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral. Referido Programa considera matrículas em tempo integral aquelas mediante as quais o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a sete horas diárias ou a 35 horas semanais em dois turnos.

A ampliação de matrículas na educação básica em tempo integral ocorrerá, obrigatoriamente, em escolas que apresentem suas propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Lei nº 9.394/1996, concebidas para a oferta em jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, priorizando os estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

O MEC emitiu, ainda, duas Portarias: a primeira, de nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, dispôs sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral cujos objetivos são:

FOR: GR
REV: KB

Cont. Parecer nº 735/2024

I – Fomentar a matrícula em tempo integral, em observância à Meta 6, estabelecida no Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

II – Elaborar, implantar, monitorar e avaliar a Política Nacional de Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

III – Promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada em tempo integral;

IV – Melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral dos bebês, crianças e jovens;

V – Fortalecer a colaboração da União com Estados, Municípios e o Distrito Federal, para cumprimento da Meta 6 do PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014.

A segunda Portaria, nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, definiu as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabeleceu as ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. O art. 6º dessa portaria assinala que, no ato de pactuação das matrículas, os entes federados comprometem-se a comprovar a aprovação de sua Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, alinhada à BNCC e à Lei nº 9.394/1996, junto ao seu respectivo Conselho de Educação.

O estado do Ceará, em relação à adesão, foi contemplado com 28.846 matrículas em tempo integral, distribuídas em 184 municípios.

A expansão de matrículas e escolas em tempo integral no município de Cariús, tem por objetivos:

- I. Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;
- II. Adequar às condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;
- III. Atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades para construir conhecimentos;
- IV. Oferecer aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e em comunidade;
- V. Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;
- VI. Orientar os estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
- VII. Aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, de estratégias de ensino e de avaliação, a fim de possibilitar a aprendizagem dos estudantes.

FOR: GR
REV: KB

Cont. Parecer nº 735/2024

A expansão das matrículas em tempo integral, orientada pela concepção da educação integral, está comprometida com a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens vinculadas às necessidades; às possibilidades; aos interesses dos estudantes e aos desafios da sociedade contemporânea, estes aliados aos direitos e objetivos de aprendizagem. O referencial pedagógico considera a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento promovendo a redução das desigualdades sociais, as aprendizagens prioritárias, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, as tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza, na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral, enfim, que incidam sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural, espiritual e política).

A proposta de Educação Integral em Tempo Integral prioriza o atendimento de estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica e a articulação intersetorial com Políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral para crianças, jovens e adultos.

O município de Cariús, em sua Política de Educação Integral em Tempo Integral, autoriza a ampliação da oferta, fundamentando uma educação que garanta o desenvolvimento do sujeito em suas várias dimensões, ou seja, intelectual, física, emocional, social, e cultural, constituindo-se em um projeto de cunho coletivo no que, onde participe além dos estudantes e educadores, a família e a comunidade local, menciona que a adoção da educação em tempo integral, terá duração mínima de sete horas diárias perfazendo uma carga horária mínima anual de 1.440 (mil quatrocentos e quarenta horas), que compreenderá o tempo total em que o estudante permanece na escola, complementando os componentes da Base Comum com as eletivas da parte diversificada do currículo.

Acrescenta, que o currículo, permite o acesso do estudante a todas as áreas do conhecimento, bem como a recuperação contínua e paralela, e o aprofundamento da aprendizagem, por meio da experiência, pesquisa, cultura, arte, lazer, direitos humanos, preservação do meio ambiente, promoção da saúde, uso das tecnologias, dentre outras, articuladas com os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

O ministério da Educação – MEC, em sua Portaria 1.495/2023, dispõe sobre adesão e a pactuação para criação da matrícula. Dentre eles:

- 1) Fomentar matrícula em observância a meta 6 estabelecida pelo Plano Nacional de Educação;
- 2) Promover a equalização de acesso e permanência, na oferta de jornada integral;

FOR: GR
REV: KB



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cont. Parecer nº 735/2024

3) Melhorar, implantar, monitorar e avaliar a Política Nacional Integral da Educação Básica;

4) Elevar os resultados de aprendizagem dos bebês, crianças, estudantes e jovens;

5) Fortalecer a colaboração da União junto a estados, municípios e distrito federal para cumprimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE;

Além desses subsídios apresentados, julga-se importante, para o pronunciamento sobre a matéria em apreço, uma breve análise dos PPPs encaminhados a este Conselho:

a) os PPPs encaminhadas pelo município estão orientados pelos princípios da educação integral e têm no centro das discussões a inovação, a investigação e a autonomia permitindo a construção de sua identidade e exercendo seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação;

b) o desenvolvimento da educação integral é um compromisso de todos que fazem as escolas, e os componentes curriculares propostos estimulam a criatividade, a iniciativa, a curiosidade e a capacidade de resolver problemas;

c) os documentos apresentam, inicialmente, a visão, a missão e os valores de cada escola, sua localização, sua constituição, sua composição e o compromisso com o ensino e com a aprendizagem de crianças e jovens;

d) as propostas curriculares estão alinhadas à BNCC, buscando a formação integral do estudante e o desenvolvimento das 10 (dez) competências, estabelecidas pela Base, ou seja, “formar cidadãos críticos, com capacidade de aprender a aprender, resolver problemas, desenvolver autonomia, tomar decisões, trabalhar em equipe, respeitar o outro, assim como o pluralismo de ideias, e capacidade de argumentar e defender pontos de vista”;

e) as propostas curriculares seguem o Documento Referencial Curricular do Ceará (DCRC), apresentando: justificativa, concepções pedagógicas de currículo, sociedade, homem e educação, ensino-aprendizagem, avaliação, cultura, escola, saberes, cidadania, gestão democrática, diversidade cultural e inclusão social. No marco operacional, enfatizam o planejamento e ações que as escolas desenvolverão, a gestão, a sistemática de avaliação e ações de enfrentamento à evasão escolar por meio do Programa Busca Ativa. Além dessas ações, desenvolvem outras de combate às drogas, à violência e à indisciplina escolar.

f) a base comum da matriz curricular compreende os componentes essenciais do currículo nacional, enquanto a parte diversificada inclui aqueles obrigatórios que visam enriquecer a formação dos estudantes, com imersões em Língua Portuguesa e Matemática, no Projeto Caminhar e nas atividades de cidadania e responsabilidade social, empreendedorismo, no Projeto de vida, ampliando, assim, as experiências de aprendizagem dos estudantes e promovendo uma educação mais abrangente e significativa.

FOR: GR
REV: KB



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cont. Parecer nº 735/2024

III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A solicitação em apreço, fundamenta-se em alguns instrumentos legais, que referenciam especialmente as diretrizes dos Políticos Pedagógicos das Escolas já mencionada:

- a) Lei de Diretrizes e Bases – LDBN – Nº 9394/96;
- b) Plano Nacional de Educação – PNE – Lei Nº 13.005/2014;
- c) Plano Estadual de Educação do Ceará (PEE) que prevê em sua meta 6, oferecer até 2024, em regime de colaboração, educação e tempo integral, em no mínimo em 50% (cinquenta por cento) das Escolas Públicas e das Escolas de Educação Infantil, de forma atender pelo menos a atender pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica;
- d) Lei Nº 14.640 de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;
- e) A Portaria Nº 1.495 de 02 de agosto de 2023; que dispôs sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em Tempo Integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;
- f) Portaria do Ministério da Educação – MEC, Nº 2.036, de novembro de 2023, que definiu as diretrizes para ampliação da Jornada Escolar em Tempo Integral na perspectiva da Educação Integral e estabeleceu ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;
- g) Resolução Estadual Nº 395/2005, que estabelece diretrizes para elaboração de instrumentos de gestão das instituições de educação básica integrantes do sistema de ensino do Estado do Ceará;

IV – VOTO DA RELATORA

Face ao exposto, apreciamos favoravelmente ao Projeto de Educação Integral em Tempo Integral, proposto pelo município de Cariús-CE, uma vez que o referido projeto atende os preceitos legais e pedagógicos.

Por fim, recomenda-se:

- 1) a oferta da Educação Integral em Tempo Integral seja efetuada, única e exclusivamente, em escolas legalmente credenciadas por este Conselho;
- 2) haja monitoramento permanente da aprendizagem dos alunos, visando à consolidação das competências e habilidades trazidas pela BNCC e à elevação da proficiência em leitura, produção de texto e cálculos matemáticos;
- 3) haja monitoramento permanente da ação docente, visando à consolidação das competências e habilidades oriundas da BNCC;
- 4) haja a participação da família no controle da permanência do aluno na escola e no desenvolvimento das aprendizagens;

FOR: GR
REV: KB



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cont. Parecer nº 735/2024

5) seja dada especial atenção à articulação intersetorial para garantia da Educação Integral em Tempo Integral das crianças e jovens;

6) haja a participação ativa dos estudantes na integração com o seu território;

7) formule um plano de ação com a equipe da escola, detalhando os recursos necessários, os prazos e os responsáveis para que se alcancem as metas e os objetivos estabelecidos para a implantação da Educação Integral em Tempo Integral.

É o parecer, salvo melhor juízo.

V – CONCLUSÃO DA CÂMARA

Parecer aprovado, por unanimidade dos presentes, na Sala Virtual das Sessões da Câmara da Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, em Fortaleza, aos 30 dias de outubro de 2024.


FRANCISCA SIRONE ALCÊNCIA FREIRE
Relatora


MARIA LUZIA ALVES JESUÍNO
Presidente da CEB


ADA PIMENTEL GOMES FERNANDES VIEIRA
Presidente do CEE

FOR: GR
REV: KB

7/7

